



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
GETÚLIO VARGAS DE
MORAES OLIVEIRA



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR GETÚLIO VARGAS DE MORAES OLIVEIRA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

Getúlio Vargas Moraes de Oliveira nasceu em Monte Carmelo/MG, no dia 19 de abril de 1951, filho de Jesus Rosa Oliveira e de Selva de Moraes Alves, casado e pai. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, em 1975. Prestou serviços ao Cartório do 1º Ofício Judicial, Notas e Registro Geral de Imóveis da Comarca de Monte Carmelo/MG entre 1965 e 1969, e ao Cartório do 1º Ofício do Judicial e Notas da Comarca de Uberaba/MG entre 1969 e 1974. O ingresso na magistratura do Distrito Federal ocorreu após aprovação no VIII Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), com posse em 22/1/1980. Foi titularizado como Juiz de Direito do TJDFT na Circunscrição Judiciária de Brazlândia, em 30/10/1980. Sua promoção ao cargo de Desembargador do TJDFT ocorreu em

14/8/1992. Foi eleito para o cargo de Corregedor de Justiça do TJDFT, para o biênio 2002-2004. Foi eleito para os cargos de Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), para o biênio 2006-2008. Eleito Presidente do TJDFT, para o biênio 2014-2016. Eleito pelo Conselho dos Presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais brasileiros para compor a Comissão Executiva desse órgão, em 23/11/2015. Durante sua carreira, é agraciado com títulos honoríficos, tais como a Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau de Grã-Cruz, em 15/3/2000; pelo Tribunal Regional Eleitoral do DF com a Medalha do Mérito Eleitoral na categoria Jurista, em 2001; com a Medalha da Ordem do Mérito Alferes Joaquim José da Silva Xavier da Polícia Militar do Distrito Federal, em 13/5/2003; pela Câmara Legislativa do Distrito Federal com o título de Cidadão Honorário de Brasília, em 23/9/2011; promovido no quadro ordinário da comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios para o grau Grão-Colar, em 13/2/2012; com a Medalha da Ordem do Mérito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito

Fe-

deral, Dom Pedro II, em 2/7/2014; pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST – com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau Grande Oficial, em 11/8/2015; com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau Alta Distinção, em 1º/4/2016. Indicado para compor como Chanceler o Conselho Tutelar da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, em 13/10/2011. É Cidadão Honorário de Brasília, conferido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 7/4/2016.

Desembargadora Carmelita Brasil

Desembargador Getúlio Moraes Oliveira, em primeiro lugar, gostaríamos de dizer ao senhor que é uma alegria muito grande e uma honra maior ainda poder entrevistá-lo. Essa honra e essa alegria expressam não só o pensamento da 1º Vice-Presidência, mas também o nosso particular. Seja muito bem-vindo ao Programa Memória Oral.

Esse é um Programa, desembargador, Vossa Excelência conhece muito bem, que procura contar a história do Tribunal por meio da história de seus membros. E gostaríamos de iniciar esta entrevista perguntando ao senhor o início da sua vida, da sua família, das suas experiências, da sua terra natal, porque sabemos quão importante é, na vida do homem, esse começo, essa formação e esses exemplos de família que nos marcam a personalidade e nos encaminham, às vezes, para a vida.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Eminente desembargadora, inicialmente, agradeço à senhora muito, à equipe. Não me preparei convenientemente para esta entrevista por falta de tempo, mas há uma grande vantagem nisso, porque o que vier a ser dito são

as memórias fluentes, aquelas que ocupam a primazia da minha memória, ou seja, são as mais autênticas possíveis.

Venho de uma cidade do interior de Minas Gerais, Monte Carmelo. É uma cidade pequena, mas encantadora. Ela está situada numa planície onde predomina a agricultura, pecuária, e o slogan da cidade é o seguinte: Monte Carmelo, uma cidade fácil de ser amada. Então, sou filho de tabelião, neto de tabelião e bisneto de tabelião.

Desembargadora Carmelita Brasil

E agora será pai de tabelião.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

E, também, tudo prenuncia que serei pai de tabelião. Então, esse contato com o cartório, com os autos, porque antigamente os cartórios eram também secretarias judiciais, eram cartórios extrajudiciais e judiciais. Então, o cartório ficava bem ao lado do gabinete do juiz, e eu pude, apesar da pouca idade, presenciar aqueles homens provetos, circunspectos, que eram os juizes da comarca. Então, ao vê-los e admirar o seu trabalho, a forma como eles se comportavam, aquele respeito que se tinha e se nutria pela figura do magistrado que ainda é conservada até hoje, mas, sobretudo é muito aflorante nas cidades do interior, aprendi admirar essa profissão de juiz de Direito. E, concluído meu curso ginasial e o início do curso antigamente denominado científico, fui à Uberaba (MG), que é uma cidade de médio porte e muitas vezes maior que a minha cidade, para continuar a conclusão dos meus estudos. E, ali, pude trabalhar no cartório.

Desembargadora Carmelita Brasil

Também.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

É. Porque era a atividade com a qual me afeiçoara e da qual também tinha conhecimento. Então, fui trabalhar no cartório do 1º Ofício e, lá, logo me destacaram para fazer as audiências com os juízes, porque antigamente era aquele processo mais demorado: máquina de escrever, o juiz colhia os depoimentos, ditava, precisava de um bom datilógrafo, eu era o bom datilógrafo na época. Então, a partir daí, continuei tendo contato com magistrados e admirando o trabalho deles. A certa altura, já estava pelos dezesseis anos e, naquela época, existiam as ações executivas do Código de 1939 e eram ações de conhecimento, depois que veio a execução forçada com o Código de 1974, mas elas eram contestadas – impugnação, feita de prova etc. E, em uma dessas ocasiões, peguei um daqueles processos e, depois de ver muitas e muitas vezes o juiz decidir, resolvi fazer uma sentença como se fosse um juiz. E fiz.

Desembargadora Carmelita Brasil

Estando ainda no 2º Grau (Ensino Médio).

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Não. Já estava me matriculando na faculdade. Perto disso. Aí fiz esse trabalho, procurei um juiz, vou me abster de dizer o nome, mas mostrei para ele, e ele olhou com muita atenção aquilo, pegou a caneta, fez algumas correções que entendeu ele ser adequadas e falou assim: você pode datilografar que vou assinar como se fosse a minha sentença.

Desembargadora Carmelita Brasil

Olha!

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Então, reputo que a primeira sentença, proferi-a, em termos, aos dezesseis, dezessete anos de idade. A partir daí, esse magistrado do qual guardo muito boas memórias e que me ajudou muito me auxiliando, deixando fluir a vocação que tinha para a magistratura, passei a ajudá-lo realmente no seu trabalho como um assessor. Ajudava nas pesquisas para fazer sentença etc. Pois bem, isso desagou então, depois de concluído o curso de Direito, aguardei o tempo mínimo necessário de advocacia, de prática forense, ocasião em que advoguei, e então fiz o concurso para a magistratura do Distrito Federal em 1979.

Desembargadora Carmelita Brasil

Já morava em Brasília quando fez o concurso?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Não, Senhora. Advogava em Monte Carmelo. Formei-me em Uberaba, voltei e cá estamos.

Desembargadora Carmelita Brasil

E por que escolheu Brasília ao invés de ficar em Uberaba ou invés de ir para Belo Horizonte? Mineiro é muito apegado a terra.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Mineiro é muito apegado sim. E a magistratura de Minas é considerada, digamos assim, uma das melhores magistraturas nacionais, mas Brasília tem um encanto especial na minha vida pessoal, parti-

cular. Conheci Brasília ainda assim quase em construção. Já havia sido concluída, mas não inaugurada, e tive uma impressão fantástica desta cidade. Jurei a mim mesmo, inconscientemente, sem um juramento formal, mas sabia que era o veredicto do mais recôndito de meu ser, que seria juiz de Direito aqui em Brasília. Então, o primeiro concurso que teve depois da conclusão do meu tempo, fiz e logrei aprovação¹.

Desembargadora Carmelita Brasil

Que idade o Senhor tinha na época?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Vinte e oito anos.

Desembargadora Carmelita Brasil

Olha: vinte e oito anos!

Ainda se lembra da comissão examinadora de seu concurso?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Recordo-me sim. O presidente da Banca era o Desembargador José Júlio Leal Fagundes². E até me disseram, quando vim fazer a prova oral, que ele era muito admirador de um autor português chamado Marcello Caetano³, administra-

- ¹ Aprovado em 5º lugar no VIII Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), com posse em 22/1/1980.
- ² Desembargador José Júlio Leal Fagundes, falecido em 14/2/1981.
- ³ Marcello José das Neves Alves Caetano nasceu em Lisboa/Portugal em 17/8/1906 e faleceu no Rio de Janeiro/RJ em 26/10/1980. Foi um jurista, professor de direito e político português. Proeminente figura durante o regime salazarista, foi o último Presidente do Conselho do Estado Novo. Autor do livro "Manual de Direito Administrativo", entre outros.

tivista. Então, procurei estudar Marcello Caetano para poder agradá-lo em alguma passagem da prova oral.

Desembargadora Carmelita Brasil

Naquela época, o papa do direito administrativo era o saudoso Hely Lopes Meirelles⁴, até hoje reverenciado.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Hely Lopes Meirelles é um referencial eterno no Direito Administrativo. O Direito Administrativo começou sem forma e sem figura de juiz e foi ganhando contornos à medida que vieram algumas figuras importantes: José Cretella Júnior⁵, e o próprio e principalmente o nosso admirado aí.

O outro examinador era Helládio Toledo Monteiro⁶, examinou Processo Civil, Direito Civil também. E ele fazia perguntas que exigiam respostas prontas, sem nos dar muito margem para dar uma enrolada. Mas, enfim, devo ter correspondido, porque, quando terminou a prova oral, ele levantou-se, veio onde eu estava, era a mesma tribuna que se repete hoje para os advogados, ali ficavam os candida-

- ⁴ Hely Lopes Meirelles nasceu em Ribeirão Preto em 5/9/1917, faleceu em São Paulo/SP em 4/8/1990. Foi um jurista, advogado, magistrado e professor brasileiro. É largamente reconhecido como um dos principais doutrinadores do Direito Administrativo e do Direito Municipal Brasileiro.
- ⁵ José Cretella Júnior nasceu em Sorocaba/SP em 10/1/1920, faleceu em São Paulo/SP em 11/4/2015. Foi um jurista brasileiro, especializado na disciplina de Direito Administrativo. Autor de várias obras jurídicas, não só sobre Direito Administrativo, mas também de outros ramos do Direito.
- ⁶ Desembargador Helládio Toledo Monteiro, falecido em 28/9/1986.

tos, e me cumprimentou. Era o Dr. Luiz Carlos Alvim Dusi,⁷ que era um procurador do Distrito Federal já falecido, e também o Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro.⁸ Até houve uma passagem interessante no meu exame oral com ele – não sei se posso me estender tanto assim.

Desembargadora Carmelita Brasil

Perfeitamente.

Faço, às vezes, essa pergunta, Presidente,⁹ porque observo que os colegas, decorridos trinta ou quarenta anos do concurso, não se esquecem daquilo. Outro dia entrevistamos um colega que fez um concurso em Minas Gerais e foi reprovado e guarda até hoje certa mágoa em razão de o examinador não ter sido justo. Ele disse: aquela resposta minha era correta, embora não fosse uma corrente majoritária na época.

É um momento marcante da nossa vida. Um concurso de juiz não é para se esquecer.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

É um momento em que temos uma expectativa em relação a nós mesmos. Questionamo-nos: será que vou

-
- 7 Advogado Luiz Carlos Alvim Dusi, OAB/DF.
 - 8 Luiz Vicente Cernicchiaro, Desembargador do TJDFT e Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), faleceu em 11/3/2010.
 - 9 Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, foi Presidente do TJDFT, no biênio 2014-2016.

dar conta? Será que me dará um branco? Então, quando somos questionados e vemos que conseguimos nos desvencilhar das perguntas, não vou dizer acertar, aquilo marca indelevelmente a nossa memória.

Desembargadora Carmelita Brasil

Sem sombra de dúvidas.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Mas, como dizia, o então desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro questionou-me acerca de um tema sobre interrogatório do réu. E respondi a questão, mas acrescentei alguma coisa que talvez nem devesse ter acrescentado, dizendo que o juiz poderia fazer um segundo interrogatório. E ele me questionou: mas com que base legal o juiz faria um novo interrogatório? Disse: com base no Código. E ele falou: que Código? Falei: no Processo Penal. Ele falou: não conheço esse dispositivo. Ele era muito incisivo.

Desembargadora Carmelita Brasil

Muito incisivo. Era seco nas perguntas.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Aí falei: não, mas existe o dispositivo. Ele pediu para a secretária do concurso, chamada Neuza Figueiredo (servidora aposentada do TJDFT), para que ela viesse e me trouxesse o Código porque ele queria ver o dispositivo. Óbvio que ele sabia que existia. E, nessa fração de segundos, entre a secretária trazer-me o Código e o olhar da banca, duvidei da minha própria afirmação: será que inventei isso. Quando o Código chegou, ele disse: não precisa mostrar. Só queria testar alguma coisa sobre a qual nunca conversei com ele.

Desembargadora Carmelita Brasil

E dizem, com muita razão, que a prova oral tem esse valor: testar o controle emocional do juiz, a maneira como o juiz se comporta diante do inusitado, não é?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

É, porque são fatos que, na profissão, ocorrem mesmo.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ocorrem mesmo.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Somos colocados diante de situações em que precisamos ter firmeza, reflexão, não perder a serenidade. Então, na concepção dele como examinador, talvez ele tivesse querido ver-me sob pressão.

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente. Mas, tomando posse, desembargador, foi prestar jurisdição em que vara inicialmente?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

A primeira designação foi...

Agora houve um lapso de memória, mas tive muitas designações simultâneas. Foram, assim, muito rápidas. Por exemplo: estive rapidamente em Fazenda Pública auxiliando o posteriormente Ministro Romildo Bueno de Souza¹⁰. Mas, na sequência, já fui auxiliar o Doutor Elmano Cavalcanti de Farias¹¹ na 2ª Vara de Família, onde passei mais

tempo. Então, costumo dizer que considero que minha primeira designação foi a 2ª Vara de Família, embora tenha passado algum tempo lá com o Doutor Romildo Bueno de Souza, que era Juiz de Fazenda Pública e que me impressionou, também, a competência extraordinária daquele juiz, que depois veio a se tornar ministro.

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

E também me impressionou a quantidade de processos que existia.

Desembargadora Carmelita Brasil

Já naquela época havia...

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Havia uma quantidade enorme de processos. Então, as Varas de Fazenda Pública sempre foram muito requisitadas aqui no Distrito Federal.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas, em um discurso, que ficou na memória de todos nós, o senhor saudando os Colegas que estavam tomando posse, o senhor faz menção a um susto, vamos dizer assim, que tomou ao prestar jurisdição logo no início da carreira de juiz. Uma questão que às vezes foge a esses parâmetros rígidos da lei.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Exatamente.

10 Ministro Romildo Bueno de Souza, aposentado do Superior Tribunal de Justiça – STJ, nasceu em 23/5/1929. Foi juiz do TJDF.

11 Desembargador Elmano Cavalcanti de Farias, aposentado.

É de fato, na minha judicatura longa, muito longeva já, alguns fatos, alguns processos, algumas causas, algumas pessoas jurisdicionadas, marcaram-me. Mas um caso particularmente merece um destaque, porque na minha vida, na minha memória, porque estava muito recentemente ingresso na magistratura e tive a convicção da verdadeira dimensão daquilo que estava a exercer. Então, tratou-se de um pedido de jurisdição voluntária. E até esse dado é interessante porque a jurisdição contenciosa pressupõe um conflito de interesses tido ali com muita ênfase. É uma ação e uma resistência a ela, impugnação, prova etc. Já a jurisdição voluntária é uma jurisdição que pressupõe a inexistência de lide. Ela tem dissenso. Dentro da jurisdição voluntária estão até pedidos, como, por exemplo, alvará de venda de bens de menores.

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

São coisas miúdas, simples. E ali se encontra também o suprimento de consentimento. O suprimento de consentimento, para “n” atividades, inclusive lavratura de escrituras etc., só que este caso a que me refiro era uma menor, uma infante de apenas um ano de idade, que padecia de uma anomalia cardíaca. Ela nasceu com um defeito congênito interno no coração, onde não havia troca de sangue arterial para sangue venoso. Então, em razão disso, ela tinha acessos frequentes de falta de ar e a criança ficava totalmente azul.

Desembargadora Carmelita Brasil

Sem oxigênio no sangue...

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

E também ela ficou excepcional. Não sei dizer se foi em decorrência do problema ou se nasceu excepcional. O certo é que os pais eram separados e a mãe resolveu operar essa criança. E o pai recusou-se a consentir, porque, segundo ele, seria um assassinato que seria cometido, uma vez que os riscos da cirurgia eram enormes. E ele até sinalizou de que na Rússia existiria um tratamento, qualquer coisa assim, e que ele iria providenciar etc. O certo é que desaguou nas nossas mãos esse pedido. E com uma urgência tremenda, porque a criança piorava a cada dia. Então foram produzidos três laudos de médicos a respeito do estado dessa criança e verificou-se que o mais favorável deles era um de São Paulo, um antigo cardiologista, muito famoso à época, o Doutor Euryclides de Jesus Zerbini¹².

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, sei. O que fez o primeiro transplante cardíaco do Brasil.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Exatamente, esse mesmo. Então, ele apontava que havia o risco de morte de 95%.

12 Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, foi um médico cardiologista brasileiro, sendo o quinto do mundo, e o primeiro da América Latina, a realizar um transplante de coração. Nasceu em Guaratinguetá/SP em 10/5/1912 e faleceu em SP/SP em 23/10/1993.

Desembargadora Carmelita Brasil

Nossa Senhora!...

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

E os outros chegavam a 97%, por causa da idade da criança, por causa das condições da criança, por causa da dificuldade da operação. E aí o pai dissentiu e a mãe pediu suprimento de consentimento dele. E esse foi o quadro.

Na época existia uma promotora, que depois veio a se tornar Juíza de Direito, que me ajudou muito a tentar ver se fazia um consenso, porque esse é o tipo de caso em que a Justiça tem que entrar auxiliativa, e não para resolver. Então, tentamos fazer acordo, mas eles se mantiveram irredutíveis. E aí, diante disso, instruí o processo, tomei os depoimentos e designei a leitura da sentença para aquele mesmo dia – isso era por volta das 14 horas, a segunda tentativa de conciliação frustrada. Designei a audiência de leitura e publicação da sentença para as 16 horas daquele mesmo dia. E peguei o processo e vi que não havia ajuda nenhuma na minha biblioteca.

Desembargadora Carmelita Brasil

É, e não há até hoje.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Não há. Todos os manuais, todos os grandes tratadistas, todos os códigos, as leis, tudo aquilo não me serviria, a não ser a minha percepção do caso, a minha convicção e as minhas crenças.

Então, diante disso, peguei o meu carro, dirigi o meu carro, um fusca, que tinha à época, saí do Fórum e fui para a minha residência. Morava na Asa Norte. Lá, sentei, redigi a sentença à máquina, com o coração

confrangido e tendo a dimensão da importância daquela decisão. É uma das frases que usei nessa decisão é sobre isso, da incapacidade doutrinária de tratar daquele tema, o legal, mas, sobretudo de que o homem põe e Deus dispõe. Então a mim cabia apenas colocar, e Deus resolvia o destino daquela criança.

Aí voltei. O pessoal continuou esperando lá. E, quando foi a hora aprazada, abri a audiência e li a sentença. Foi muita choradeira, muitos gritos de revolta do pai e, enfim, a mãe chorando de alegria, já assinei ali mesmo o alvará. E essa criança então foi encaminhada para São Paulo, me parece, no mesmo dia. Lá ela foi operada e, por obra de Deus, ela sobreviveu. A operação, segundo a informação que chegou aos autos, durou dez horas. O coração dela foi seccionado, trabalhado, repostado, e ela sobreviveu. E, enquanto morei na Asa Norte, todo Natal recebia um cartãozinho com a fotografia dela. Naturalmente que a mãe escrevia algumas palavras de agradecimento por aquela sentença. Então esse fato, esse processo, essa causa, marcou-me profundamente.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, certamente!

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Daí em diante, já tinha muita admiração pela magistratura, passei a encará-la como quem vê qualquer causa perante um altar. Acho que nosso trabalho como magistrado é um trabalho de importância crucial na vida das pessoas.

Desembargadora Carmelita Brasil

Sem dúvida!

Quantos anos ficou como Juiz substituto, desembargador Getúlio Moraes Oliveira?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Foram meses apenas.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, meses apenas!

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Fui promovido para Brazlândia,¹³ Circunscrição Judiciária de Brazlândia, onde fui o primeiro Juiz de Direito de lá, no mesmo ano de 1980. Em outubro, já estava em Brazlândia.

Desembargadora Carmelita Brasil

Fale-nos um pouco, desembargador, dessa chegada sua à Brazlândia, das peculiaridades que essa Circunscrição Judiciária tinha e que, certamente, o preocupavam muito. Já ouvi contar essa história em outra oportunidade.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Pois é! Brazlândia é uma cidade que, primeiro, me fez sentir como se estivesse na minha Monte Carmelo (MG). Uma cidade pequena e, naquela época, muito mais ainda. E pacífica, um povo ordeiro nos locais.

13 Região Administrativa IV do Distrito Federal, distante de Brasília 45 km.

Desembargadora Carmelita Brasil

É como uma cidade do interior, não é?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Era uma cidade que se destacou de Goiás para se incorporar ao Distrito Federal, de modo que me sentia lá muito bem. É um local onde o juiz vai presenciar o hasteamento da bandeira e qualquer comemoração a autoridade judiciária está junto.

Desembargadora Carmelita Brasil

E, quando se titularizou – foi em Brazlândia então –, ficou lá muito tempo, Desembargador?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Dois anos e meio.

Desembargadora Carmelita Brasil

E depois?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Depois vim para a 2ª Vara de Família, fiquei aqui mais dois anos e fui para a 9ª Vara Cível, onde passei a maior parte do tempo de magistrado.

Desembargadora Carmelita Brasil

Quantos anos no 1º Grau, na 9ª Vara Cível?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Pois é, Doutora, agora esse cálculo assim, meio de cabeça...

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas muitos anos?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Muitos, muitos anos. E lá, quando cheguei, na 9ª Vara Cível, nós tínhamos lá uma colega, Dra. Adelith de Carvalho Lopes¹⁴.

Desembargadora Carmelita Brasil

Ah, Dra. Adelith de Carvalho Lopes.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

A Dra. Adelith de Carvalho Lopes é que estava como substituta lá, respondendo pela vara. E ela ficou muito entristecida, porque ela foi me mostrar e nós tínhamos 2.500 processos conclusos para sentença.

Desembargadora Carmelita Brasil

2.500?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

2.500 processos conclusos para sentença. E, quando foram criadas a 9ª e a 10ª Varas Cíveis, a portaria que as instalou permitiu que se fizesse a redistribuição, mas sem qualquer critério. Ficava a critério do juiz mandar os processos que quisesse. Então, não há culpa alguma do juiz, mas creio que, sei lá, alguém, de alguma forma, escolheu processos com bastante rigor.

Desembargadora Carmelita Brasil

Com bastante rigor. Pegou os processos mais complicados.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

É quase que o rebotalho que existe. Portanto, então, chegamos lá e tinha um processo lá – um processo – que tinha 21 apensos e pelo menos oito processos incidentes e vários incidentes de processo. Só um, dessa massa enorme que estava lá. Então, ela ficou tão entristecida. Depois ela me revelou que ficou entristecida porque achou que a minha saúde ia ficar abalada: “Ele é muito magro, ele não vai suportar.”

Desembargadora Carmelita Brasil

Toda a vida Vossa Excelência foi extremamente magro.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Mas, ainda passei lá bons anos e nós conseguimos colocar essa vara em dia e essa vara se transformou, inclusive, em modelo. Vários colegas, mesmo do Tribunal, quando assumiam novos juízes, eles pediam que fossem lá na 9ª Vara Cível para ver as práticas que foram adotadas, as rotinas. Então, foi um conjunto de circunstâncias favoráveis – dentro desse conjunto, eu estava – que tornaram aquela vara assim uma vara bem... E até hoje ela continua ainda com essa tradição que ela adquiriu.

Desembargadora Carmelita Brasil

Quando ascendeu ao Tribunal, Presidente, foi para que Turma?

¹⁴ Desembargadora Adelith Castro de Carvalho Lopes, falecida em 3/12/2010.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Mais um lapso de memória... Não me recordo. Parece-me que foi para a Turma de Natanael Caetano Fernandes,¹⁵ a 2ª Turma Cível.

Desembargadora Carmelita Brasil

2ª Turma Cível.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Então, nós assumimos em 1992 no Tribunal. Já estava convocado há uns três anos. Fiquei convocado.

Desembargadora Carmelita Brasil

Aquele período difícil.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

É, um período difícil. Porque, naquela época, nós éramos convocados, mas sem gabinete.

Desembargadora Carmelita Brasil

Sem nenhuma assessoria.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Sem nenhuma assessoria. E sem perder a competência.

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente.

15 Desembargador Natanael Caetano Fernandes, aposentado em 8/4/2011.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Às vezes colocavam um auxiliar.

Desembargadora Carmelita Brasil

Às vezes.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Essa é a verdadeira história da magistratura antiga. Hoje, os colegas, felizmente, têm uma estrutura melhor. Aqueles que são convocados têm gabinete, ficam exclusivamente por conta da convocação, não têm essa competência acumulativa concomitante. Porque eu saía de lá da Vara, às vezes devido à audiência, corria para cá, fazia uma sessão, julgava um processo; voltava lá, havia outra cautelar, ia despachar.

Desembargadora Carmelita Brasil

Era assim mesmo. Era desse jeito.

Depois, Presidente, veio a Corregedoria, que foi também uma fase muito significativa da sua vida. A sua atuação na Corregedoria marcou o Tribunal por vários motivos. Das novidades criadas no período da sua gestão, fale-nos alguma coisa do período na Corregedoria que tenha lhe agradado e aquilo que o senhor acha que tenha sido alguma coisa de útil para o Tribunal.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Desembargadora, a Corregedoria é uma experiência fascinante. É um órgão que permite a quem a ocupa conhecer a fundo a justiça do Distrito Federal. Acho que seria, digamos assim, um estágio obrigatório para todos os magistrados que aspirassem presidir o Tribunal ou fazer algum pro-

jeto de lei, ou fazer alguma ação tratando da justiça, porque ela nos permite isso.

Quando cheguei lá, percebi que algumas coisas estavam faltantes na rotina dos cartórios, dos colegas, dos magistrados. Então, nós atuamos nessa linha. Havia também uma estagnação na carreira que era prejudicial. Nós não temos promoção a não ser a vertical; não temos uma promoção horizontal. Seria benéfico se tivéssemos. Aqui é juiz e desembargador leva muito tempo. Essa movimentação na carreira, seja por meio de remoções, seja por meio de criação de órgãos de outra natureza, como hoje temos, por exemplo, as Turmas Recursais, o Juiz Substituto de 2º grau. Isso é uma forma de promoção, mas, mais do que isso, a própria remoção também é um momento muito importante na carreira do magistrado porque ele recomeça num novo lugar, em nova matéria, às vezes com novas pessoas que o cercam para auxiliar.

Nós enfatizamos muito isso e foi um período em que a justiça do Distrito Federal passou por uma grande movimentação, apontada como tendo sido a maior de todas em termos de remoções, promoções e tudo mais. Agora, na presidência nós conseguimos também fazer 27 (vinte e sete) promoções de magistrados e deixamos 11 (onze) em andamento.

Desembargadora Carmelita Brasil

É muita coisa.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Não sei se bati meu recorde anterior, mas é algo assim; ficou uma coisa próxima da outra. Além disso, nós concebemos o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – PROJUS.

Desembargadora Carmelita Brasil

○ PROJUS é importantíssimo, desembargador.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Hoje, se não fosse o PROJUS, teríamos dificuldades de caixa. Nada mais justo que as custas pertençam ao Tribunal que as gera e recolhe. Naquela época não havia nenhum diploma legal. Nós fomos os primeiros a editar a Resolução. Editamos a Resolução, disciplinamos a estrutura do PROJUS e eu tive a coragem de não repassar as custas para o Tesouro Nacional, a não ser depois que ele nos prometeu retornar o dinheiro já gerado para as contas do Tribunal de Justiça. Com isso, possibilitou-nos a fazer algumas reformas em Varas que estavam com dificuldade caótica de material.

Desembargadora Carmelita Brasil

Só para termos uma ideia: hoje, qual o valor existente no fundo do PROJUS?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

○ PROJUS foi se ampliando. Nós temos hoje não só as custas judiciais, que é um valor respeitável, mas também um *spread* bancário que é derivado dos depósitos judiciais. Hoje, por exemplo, temos uma expectativa para 2016 de arrecadação de mais de 65 milhões, sendo que temos 45 milhões em caixa; em caixa que eu digo é assim: o banco repassa o dinheiro, nós mandamos para o Tesouro, internalizado no Tesouro, o qual nos repassa. Todos os recursos têm que passar pelo Tesouro Nacional. Os recursos do PROJUS nos permitiu construir a grande maioria dos fóruns atualmente existentes. Para senhora ter uma dimensão, cada fórum desse aí custa em torno de 20 milhões.

Mas o mais importante foi que nós também conseguimos uma época de crescimento na magistratura e, sobretudo, um clima organizacional muito bom junto às Varas.

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente.

Nós temos ainda um caminho longo na área administrativa, percorrido por Vossa Excelência, que é a Presidência que está se encerrando agora, depois de amanhã. Mas antes de passar por esta área administrativa, que é também um momento muito rico na vida do senhor, há ainda na área judicial alguma coisa interessante, alguma tese que o senhor tenha enfrentado, algum caso, elementos materiais do processo que tenham também feito perder o sono para julgar?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Eu teria inúmeros casos que me chamaram muita atenção do ponto de vista técnico ou do ponto de vista humanístico. Enfim, creio que seria talvez fastidioso porque precisaria explicar alguns detalhes do caso. Digo, por exemplo: na ocasião apareceu uma demanda em que houve um contrato, em seguida houve um distrato e uma ação, que foi ajuizada para rescindir o distrato. Analisei aquela questão e proferi uma sentença dando pela impossibilidade jurídica do pedido, entendendo que o nosso Direito obriga a cumprir os contratos, mas não a contratar. Não citei nenhuma literatura porque não encontrei; eu procurei. Se eu rescindisse o

distrato, voltaria a prevalecer o contrato. Eu estaria forçando a existência do contrato.

Dei uma sentença um pouco curta, bem fundamentada, mas um pouco aquém do desejável. A sentença foi para o Tribunal e caiu para o desembargador José Manoel Coelho¹⁶, que era um estudioso.

Desembargadora Carmelita Brasil

Professor de Processo.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Encontrei-o um dia e ele disse: você deu uma sentença lá que não sei o que faço; já procurei em tudo; na minha biblioteca, fui à UnB – Universidade de Brasília – ele era professor lá também. Não estou achando uma resposta. Depois de algum tempo, talvez mais de um ano de estudo, ele produziu um voto, sem acrescentar à minha sentença muita coisa, dizendo que era aquilo mesmo. Só que houve uma divergência. Foi parar em Embargos Infringentes e, afinal, venceu a tese contrária.

Chamou-me a atenção o imbróglio jurídico que provocou aquele simples caso; é outra faceta do Direito. O Direito, debaixo do invólucro fixo inalterado, às vezes simples, há uma policromia de ideias. O intérprete vê de uma maneira, o outro vê de outra maneira e todas as teses são válidas.

16 Desembargador José Manoel Coelho, falecido em 30/5/1992.

Desembargadora Carmelita Brasil

É verdade.

Vamos passar agora para essa fase riquíssima da vida do senhor, que foi a chegada à Presidência. Durante esses 2 (dois) anos, antes vê-los passar, certamente, planejou, imaginou, riscou traços para seguir determinados caminhos. Fale-nos sobre as suas realizações na Presidência. O que foi de mais importante, qual é o legado que o desembargador Getúlio Moraes Oliveira deixou para o Tribunal ao administrá-lo. Eu agora o adjetivo excelentemente.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Muito obrigado.

Na realidade, esse adjetivo não pode ser endereçado a mim tão somente, mas também à senhora e aos demais componentes da Administração (Superior). Realmente nós tivemos um tempo virtuoso na condução dos trabalhos. É óbvio que favoreceram fatores, vários, virtuosos, como por exemplo, o momento econômico estável. Isso nos propiciou a confecção de projetos que foram elaborados, não por uma prévia concepção, mas em diálogos que foram estabelecidos com os Juízes de Direito. Afinal, é lá na ponta que está o coração da justiça. A senhora participou comigo dessa caminhada. Nós fomos a todos os fóruns. O gabinete permaneceu aberto o tempo todo recebendo magistrados, ideias, aportes intelectuais de um e de outro. A partir daí é que nós conseguimos conceber uma administração que seria virtuosa. Do ponto de vista material, tivemos a construção de alguns fóruns. Instalamos o Fórum do Guará, retomamos a construção e concluímos o de Recanto das Emas, o de Águas Claras e retomamos a construção de um 4º fórum, que é o do Itapuã.

Mais importante do que os 4 (quatro) é termos iniciado um Complexo Judiciário onde

antes ficava o Centro de Atendimento Juvenil Especializado – Caje, que era um reformatório de menores, de tristes memórias porque ali faleceram quase 40 (quarenta) adolescentes e alguns monitores – são agentes do Estado que também morreram ali, às vezes esfaqueados, outras vezes com doenças. Tudo aquilo lá foi removido: aqueles edifícios sombrios com aquela história dramática. No lugar está sendo erguido um Complexo Judiciário que vai abranger não só as Varas Judiciais com a sua organização peculiar, mas também biblioteca, teatro, praças e o memorial, sem referência a nomes, mas que restaura, tira daquele lugar aquela névoa histórica que ficou. Nós conseguimos também, acho que isso foi muito produtivo, restaurar nosso Palácio da Justiça, que estava interditado.

Desembargadora Carmelita Brasil

Foi importantíssimo. Quando essa atual administração, capitaneada pelo senhor, assumiu a direção do Tribunal, nós estávamos sem lugar para ficarmos instalados.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Exatamente. Improvisados.

Os colegas não reclamaram, mas sabiam do desconforto. Ninguém quer conforto. Nós queremos um lugar apropriado para poder trabalhar.

O prédio estava interditado sob ameaça de vir abaixo, tivemos inclusive aviso de professores da UnB que nos ajudaram e por essa ajuda, inclusive, foram agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito. Eles estiveram aqui, fizeram testes com três outros doutores que vieram com seus pupilos. Chegaram à conclusão que o prédio iria desabar se não fosse reformado.

Não era assim, no princípio, o nosso norte administrativo, o nosso norte era voltado mais para a parte eletrônica, modernização do parque tecnológico, introdução do PJE que é o processo (judicial) eletrônico. Mas acabamos tendo que desdobrarmos nessa área e conseguimos. O processo eletrônico é outra realização importante porque coloca a Justiça do Distrito Federal em um patamar de excelência e hoje temos quase 90 mil processos em meio eletrônico.

Desembargadora Carmelita Brasil

O Memorial tem, Presidente, registrado a primeira sentença eletrônica dessa Unidade da Federação dado pela Dra Sandra Reves.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Isso aí, então, realmente é um marco histórico.

Desembargadora Carmelita Brasil

É o início de uma nova era.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

A Senhora também é uma juíza de carreira e sabe disso, hoje a dificuldade que temos com as audiências, de ouvir as testemunhas, obter delas as informações, ditar para o nosso escrevente e naquele percurso sempre há uma falha, um esquecimento. Somos chamados pelos advogados para esclarecimento com relação a esse ponto. Hoje temos mais de 100 varas gravando audiências.

Desembargadora Carmelita Brasil

Aliás, é com o material adquirido na gestão de Vossa Excelência que estamos fazendo a gravação agora do Programa Memória Oral.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Que ótimo. Além disso, procuramos, durante essa gestão, fazer essa movimentação da carreira.

Desembargadora Carmelita Brasil

Isso também é relevantíssimo. E isso não deu um ânimo novo a todos os magistrados de se dedicar, de trabalhar? Criou-se um ambiente extremamente propício para a produção, para a realização da justiça. O Senhor creia que isso foi uma injeção de ânimo de inigualável valor para toda a Magistratura do Distrito Federal?

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Concordo plenamente com o que a Senhora disse. Temos alguns dados que são expressivos. Primeiro, foram ingressados na magistratura 48 novos juízes nessa administração. Concurso que a Senhora realizou, a Senhora que nos trouxe esse benefício. E isso é um aporte importantíssimo para poder ter aquela tranquilidade, a boa jurisdição, auxílio etc. Tivemos também 27 promoções de magistrado e mais 11 em andamento. Instalamos 16 novas varas e instalamos mais 18 centros judiciários de solução, conflito e cidadania que são os Cejuscs¹⁷. Então, mais de 30

17 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC – são instâncias para dar solução adequada a um conflito mediante homologação de acordo.

unidades judiciárias novas instaladas e nesse período produzimos mais de 700 mil sentenças do 1º Grau e 140 ou 150 mil acórdãos. Então, foi um período de muita pujança e creio que isso foi devido à sinergia com que a administração trabalhou.

Desembargadora Carmelita Brasil

E o Senhor esqueceu de tocar em dois projetos de lei que acabaram se transformando em lei e que, de fato, também são decisivos para a grandeza do Distrito Federal no seu mandato.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

De fato foram oito leis aprovadas na gestão, em razão desse esforço nosso da administração.

Desembargadora Carmelita Brasil

Estou me lembrando de duas que acho relevantes, e esquecendo das seis outras. A última que é a criação de novos cargos no Tribunal que nós estamos aí com uma carga insuportável de distribuição para os desembargadores da área cível e a criação daqueles 300 cargos que possibilitou também um engrandecimento muito significativo.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Foram 580 cargos, foram 8 (oito) cargos de desembargador, 9 (nove) cargos de juiz de turma recursal, um cargo de juiz de direito de 2º grau. Então, foi realmente nessa parte de crescimento da justiça que conseguimos atuar bem, desembargadora Carmelita.

Primeiramente, quero dizer o seguinte: a Senhora foi um vetor importantíssimo, não só no âmbito da sua competência, porque a sua competência é muito vasta, ela abrange muitos setores vitais do Tribunal.

A começar pela porta de entrada, que é a distribuição, e digamos que a porta de saída também, que foi feito e foi registrado de importante na nossa história. Os outros administradores também, essa equipe conseguiu motivar de tal forma que tivemos sucesso naquilo que começamos e se somarmos tudo isso, é um passo que demos. Os passos não podem parar, devem ser dados e demos um. E a próxima administração que estará em muito boas mãos dará outro e o outro, assim como os nossos antecessores deram os deles.

Desembargadora Carmelita Brasil

Exatamente.

Desembargador, estamos conversando há exatamente 1 hora, o nosso tempo está chegando ao fim, mas antes de terminar gostaria de deixá-lo à vontade para fazer alguma consideração, um balanço geral dessa vida admirável, 36 anos de magistratura, todos eles dedicados ao Distrito Federal de maneira extremamente profícua e dizer até algumas palavras aos que estão chegando também, cheios de esperança e com vontade de seguir seus passos.

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

Agradeço muito, e não considero bom exemplo para transmitir a minha experiência a outro, mas transmito as minhas impressões aos colegas que ingressam para dizer que, primeiro: acreditem sempre na instituição; respeitem-na; tenham o senso da medida; sejam imparciais nos seus julgamentos; não se deixem contaminar nem por sugestões, ou por situações, ou por momentos políticos, somos juízes e devemos estar separados da política e afinados com o processo e com as leis. O juiz, já disse isso uma vez, quando ele se aparta

da lei para tentar fazer alguma solução não prevista na lei, ele costuma se perder e não conseguir o caminho de volta. Então, a lei é o farol do seguro que o juiz tem e dentro dela ele pode trabalhar a uma interpretação que se ajuste ao caso concreto. Nas ações que pratiquei, nos veredictos que proferi, nas ações administrativas que fiz, só diria o seguinte: que se tivesse de fazer outra vez eu faria tudo de novo, da mesma forma que fiz.

Agradeço muito por essa oportunidade que a Senhora me concede, por trazer aqui a memória e ao futuro aquilo que me passa espontaneamente pela alma e também agradeço pelo fato de ter trazido esse quadro de Juscelino Kubitschek – JK é um Di Cavalcanti¹⁸ que aprendi a ter um amor especial por essa obra que retrata o grande brasileiro, Juscelino Kubitschek¹⁹. Ficou durante o meu mandato de Presidente, dois anos bem à frente da minha mesa, porque todas às vezes e, não foram poucas, que fraquejei, ou mesmo achei que não iria conseguir fazer essa obra, ou essa coisa, ou esse empreendimento, eu via para o nosso JK e ele estava me olhando, para dizer o

seguinte: “Fiz uma cidade inteira, maravilhosa e você não vai conseguir construir um fórum!!!”

Muito obrigado a Senhora.

Desembargadora Carmelita Brasil

Nós que agradecemos, foi uma honra muito grande tê-lo aqui.

Obrigada.

◀fim▶

18 Quadro-retrato do ex-presidente Juscelino Kubitschek, pintado pelo renomado artista plástico Emiliano Augusto Cavalcanti de Paula Albuquerque e Melo, conhecido como Di Cavalcanti. Nasceu no Rio de Janeiro/RJ em 6/9/1897 e faleceu no Rio de Janeiro em 26/10/1976.

19 Ex-presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira ou simplesmente JK; ocupou a Presidência entre 1956 e 1961. Foi responsável pela construção de Brasília, a nova Capital do país.

DATA DA ENTREVISTA

20/4/2016

LOCAL

Memorial TJDFT – Espaço Desembargadora Lila Pimenta
Duarte, Brasília-DF

ENTREVISTADO

Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira

ENTREVISTADORA

Desembargadora Carmelita Brasil

TRANSCRIÇÃO

Subsecretaria de Apontamentos – SUAPO

REVISÃO

Virgínia Reis da Costa – NUAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
HISTÓRIA ORAL

DESEMBARGADOR
GETÚLIO VARGAS DE
MORAES OLIVEIRA

NUAMI

Núcleo de Apoio à Preservação
da Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

PVP

Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDF